

## VI Brasil nos Trilhos:

# PPP no financiamento da Mobilidade Urbana

Agosto/2014

**Montante elevado de recursos**

**Longo prazo de implantação**

**Modicidade tarifária**

## **Investimento público direto**

- Contratação de obras e equipamentos sem vinculação coma operação
- Empresas públicas operadoras do serviço



→ Estrutura financeira relativamente simples

## **Concessão / *Brown Field***

→ Rede instalada pelo Estado e operada pelo concessionário privado

## **Concessão + Investimento**

- Renovação
- Expansão da rede / sistema

→ Contrapartida pública: investimento em ativos da concessão

→ Investimentos à cargo do operador privado

## **Financiamento público**

→ Modelo tradicional de financiamento ao setor público

## **Financiamento privado**

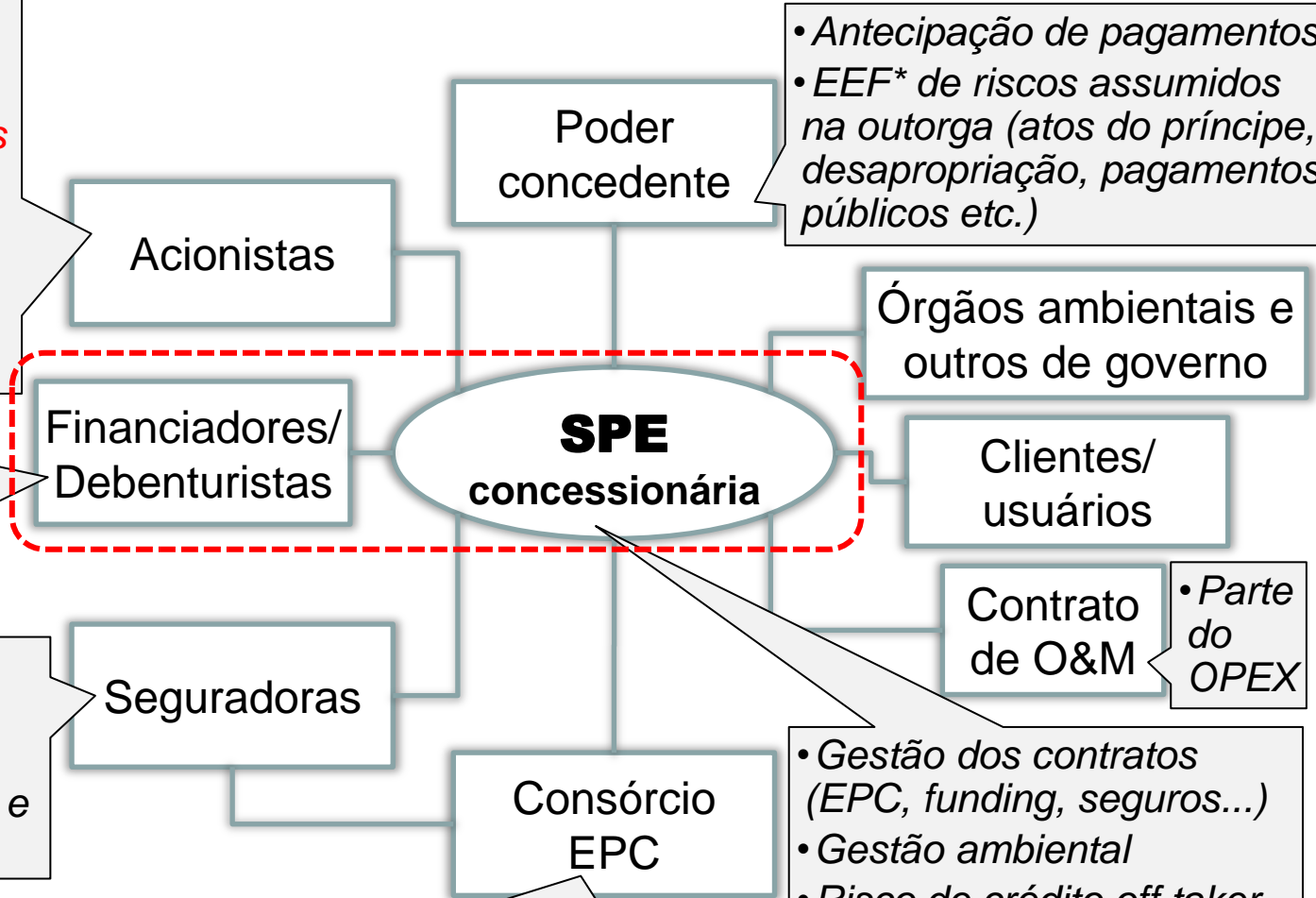
→ Estruturações financeiras mais complexas: Project Finance

**Project finance non-recourse: financiadores podem tomar risco da SPE quando ela retém riscos gerenciáveis com recursos do projeto**

- *Equity (orçamento inicial)*
- *Sobrecustos ou cobertura do saldo devedor (não conclusão do projeto), devido a riscos não transferidos a EPC, seguradoras ou poder concedente: (i) construção; (ii) sócio-ambientais; (iii) caso fortuito e força maior; (iv) políticos; e (v) regulatórios.*

- *Risco de crédito (variações na demanda ou custos)*
- *Risco de crédito do off taker*

- *Sobrecustos e atrasos devido a riscos de construção e performance*
- *Alguns eventos de caso fortuito e força maior (?)*



- *Antecipação de pagamentos*
- *EEF\* de riscos assumidos na outorga (atos do príncipe, desapropriação, pagamentos públicos etc.)*

• *Parte do OPEX*

- *Gestão dos contratos (EPC, funding, seguros...)*
- *Gestão ambiental*
- *Risco de crédito off taker*
- *Conta reserva da dívida*
- *Custos operacionais*

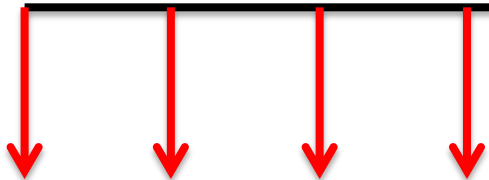
- *Sobrecustos, atrasos de construção, especificações técnicas e desempenho*

\* **EEF:** Equilíbrio Econômico-Financeiro (riscos do poder concedente)

**Avaliação da Mudança na Lei das PPP's (após  
Lei 12.766/ MP 575)**



100% dos Recursos -  
Parceiro Privado



Projeto

CP (Ente Público) + Receita de  
Operação (se houver)

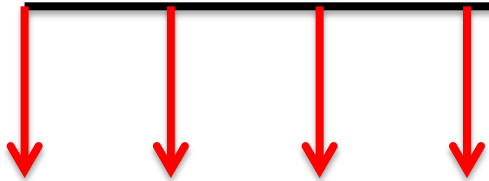
*O Ente Público era proibido de realizar pagamentos à SPE durante a implantação do projeto*

*Apenas após o início da operação o Ente Público começava a pagar as Contraprestações para a SPE*

Implantação

Operação

100% dos Recursos -  
Parceiro Privado



Projeto

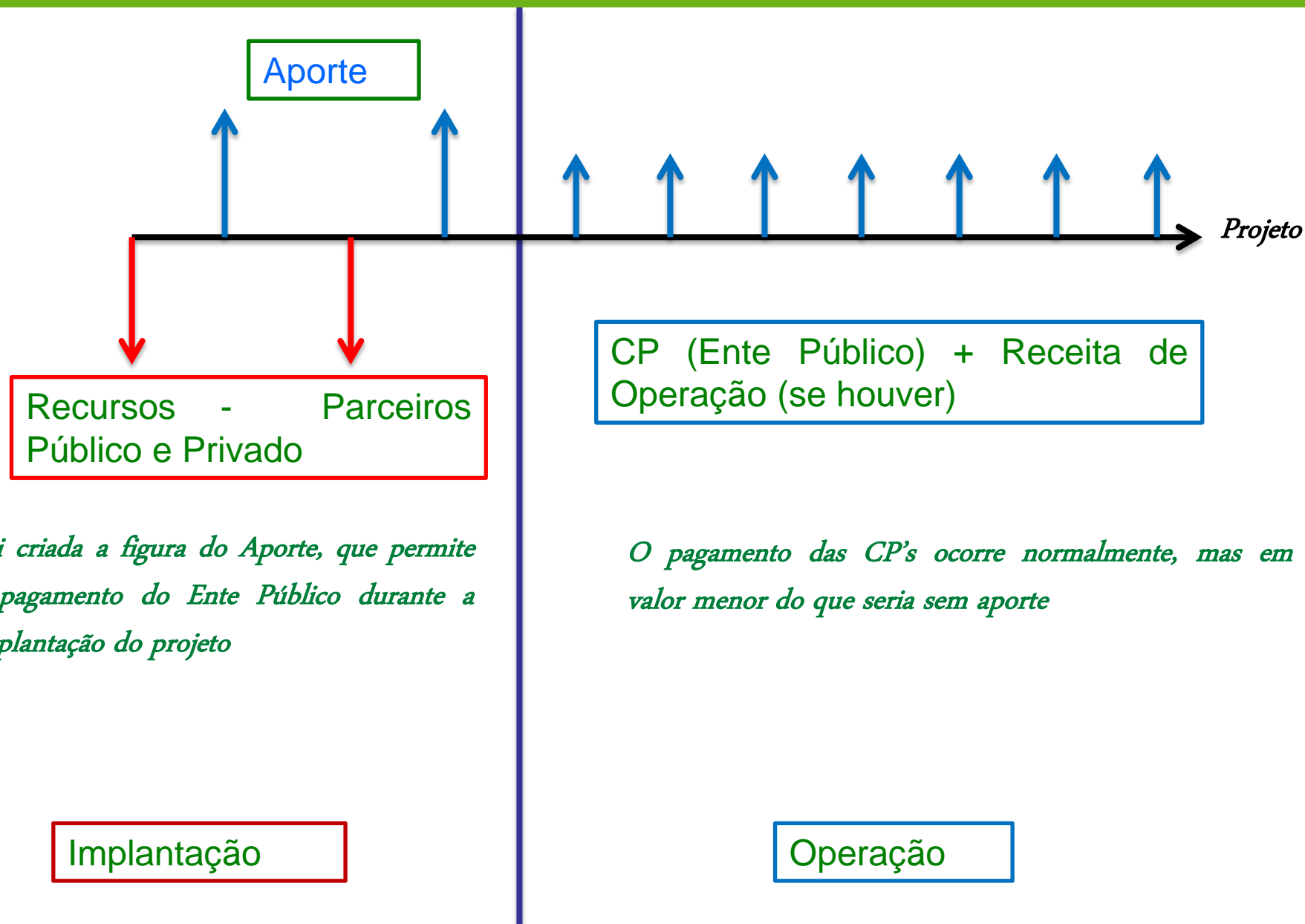
CP (Ente Público) + Receita de  
Operação (se houver)

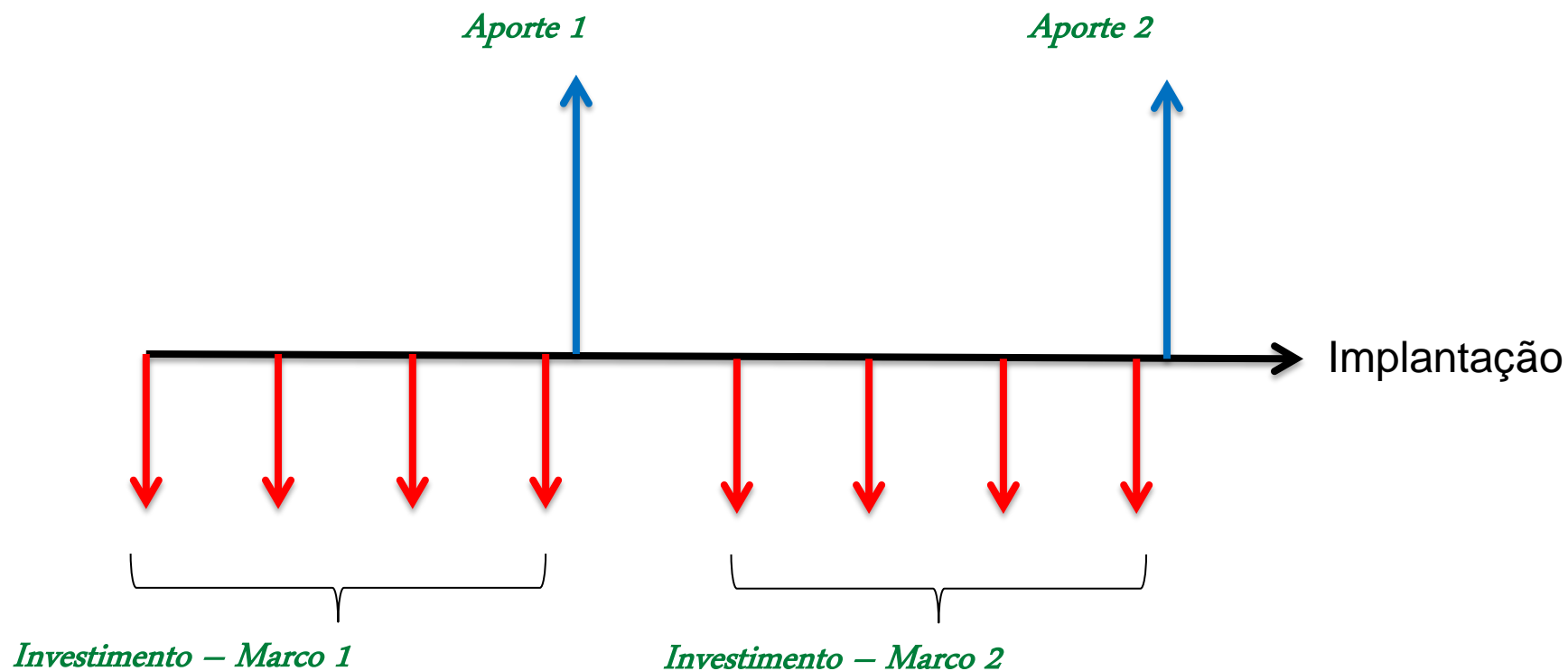
*O Ente Público era proibido de realizar  
pagamentos à SPE durante a implantação  
do projeto*

*Para minimizar o impacto no VPL e melhorar o Payback,  
foi utilizada a figura de Ressarcimento do Investimento  
(Maior 1ª CP)*

Implantação

Operação

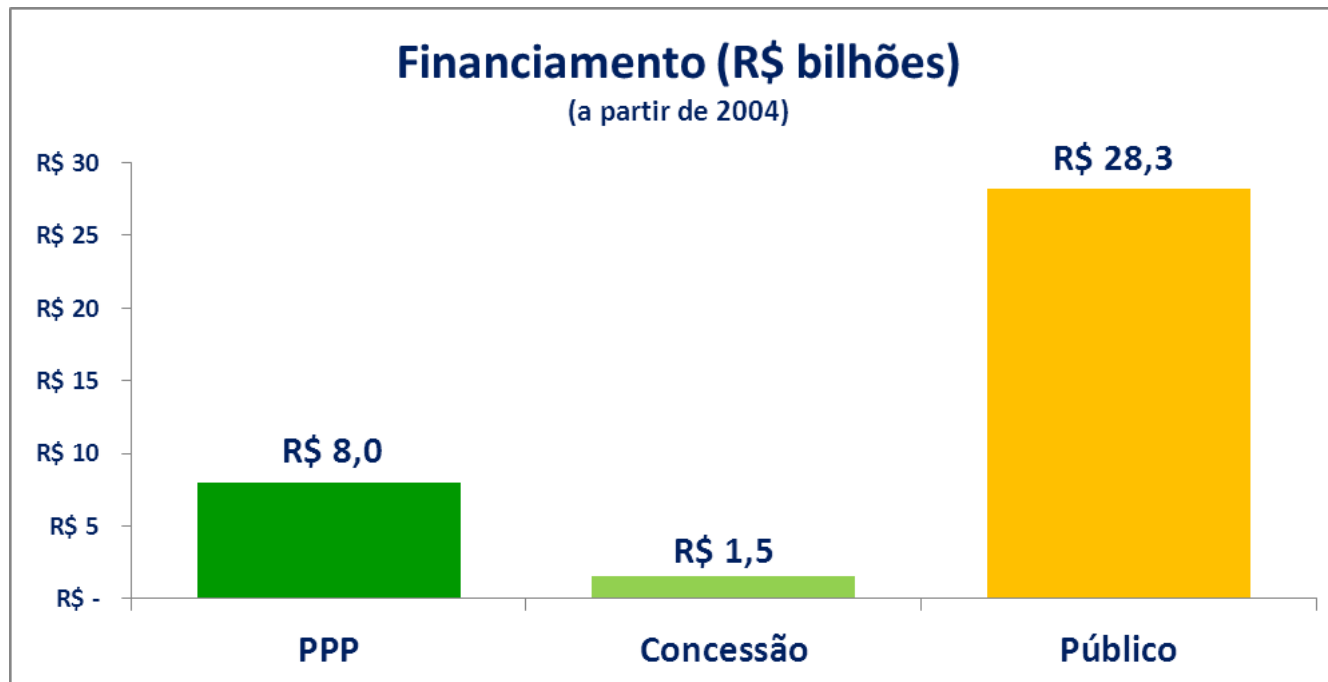


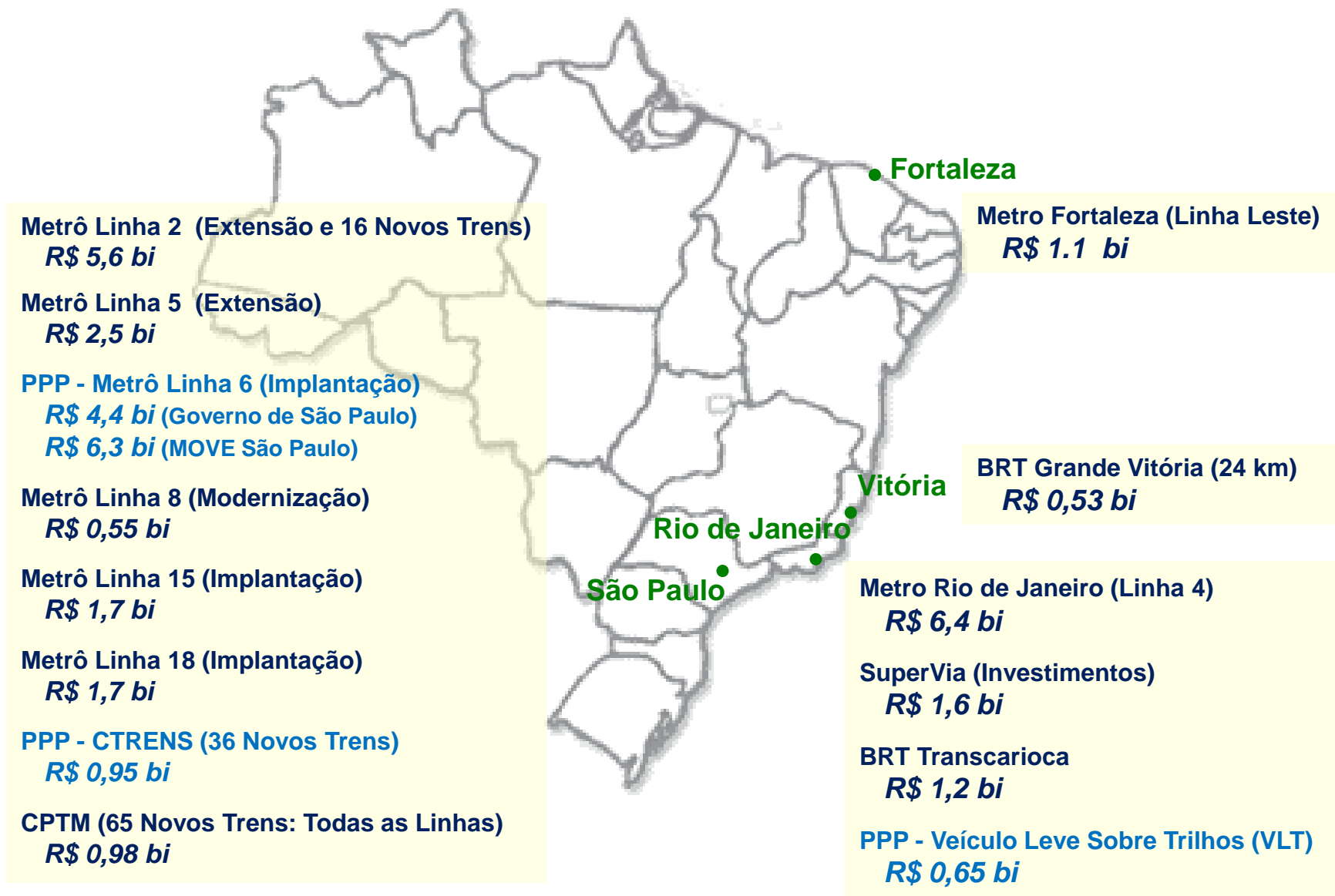


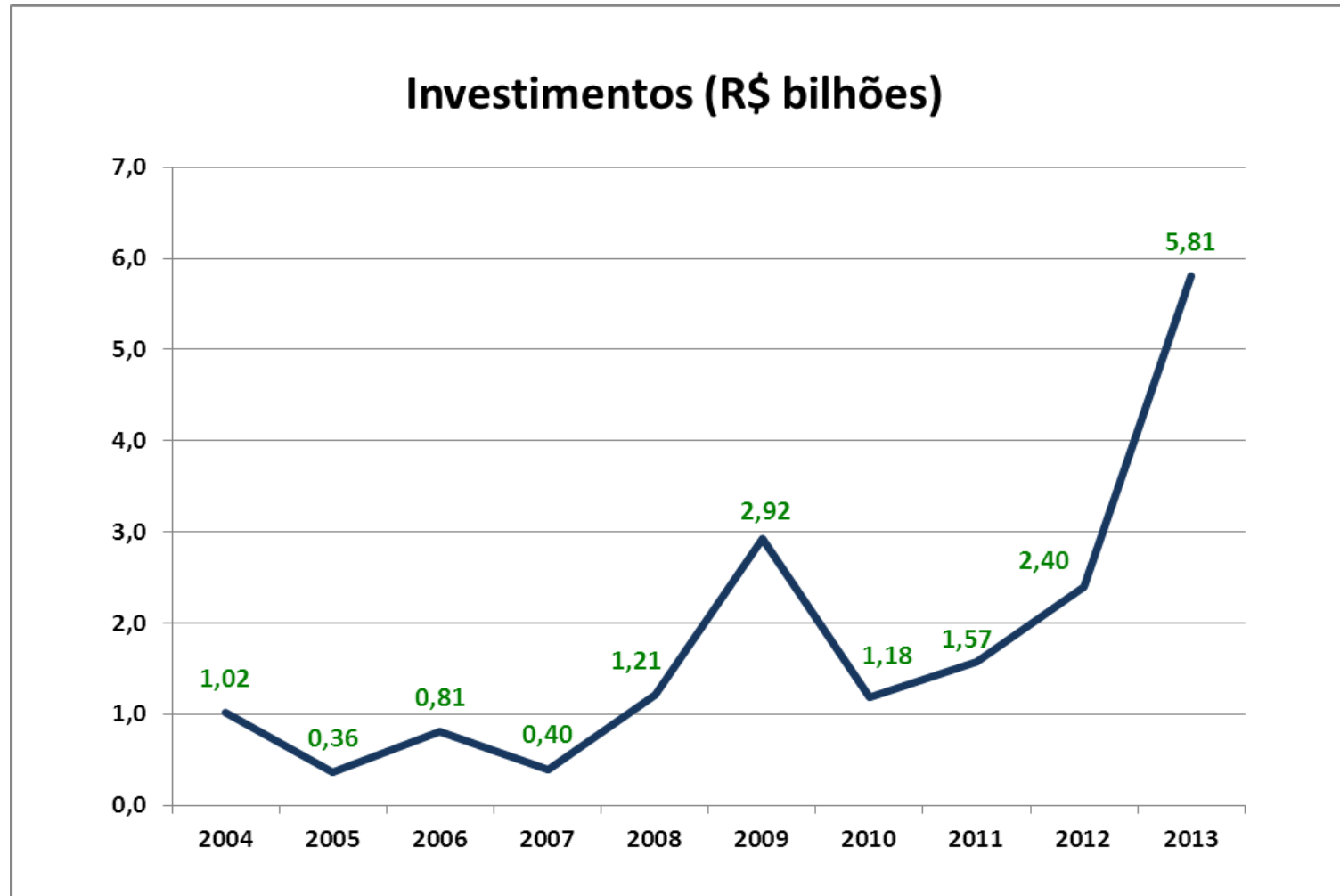
- Como o Aporte é pago apenas após a conclusão do Marco Físico, há um descasamento entre o investimento e a receita
- Quanto maior o número de frentes de obra maior o descasamento

- Forte mudança na composição dos clientes na carteira de financiamento
- Estruturações Financeiras muito mais complexas
- Operações de crédito para setor público e privado de forma coordenada para implantação de novos projetos

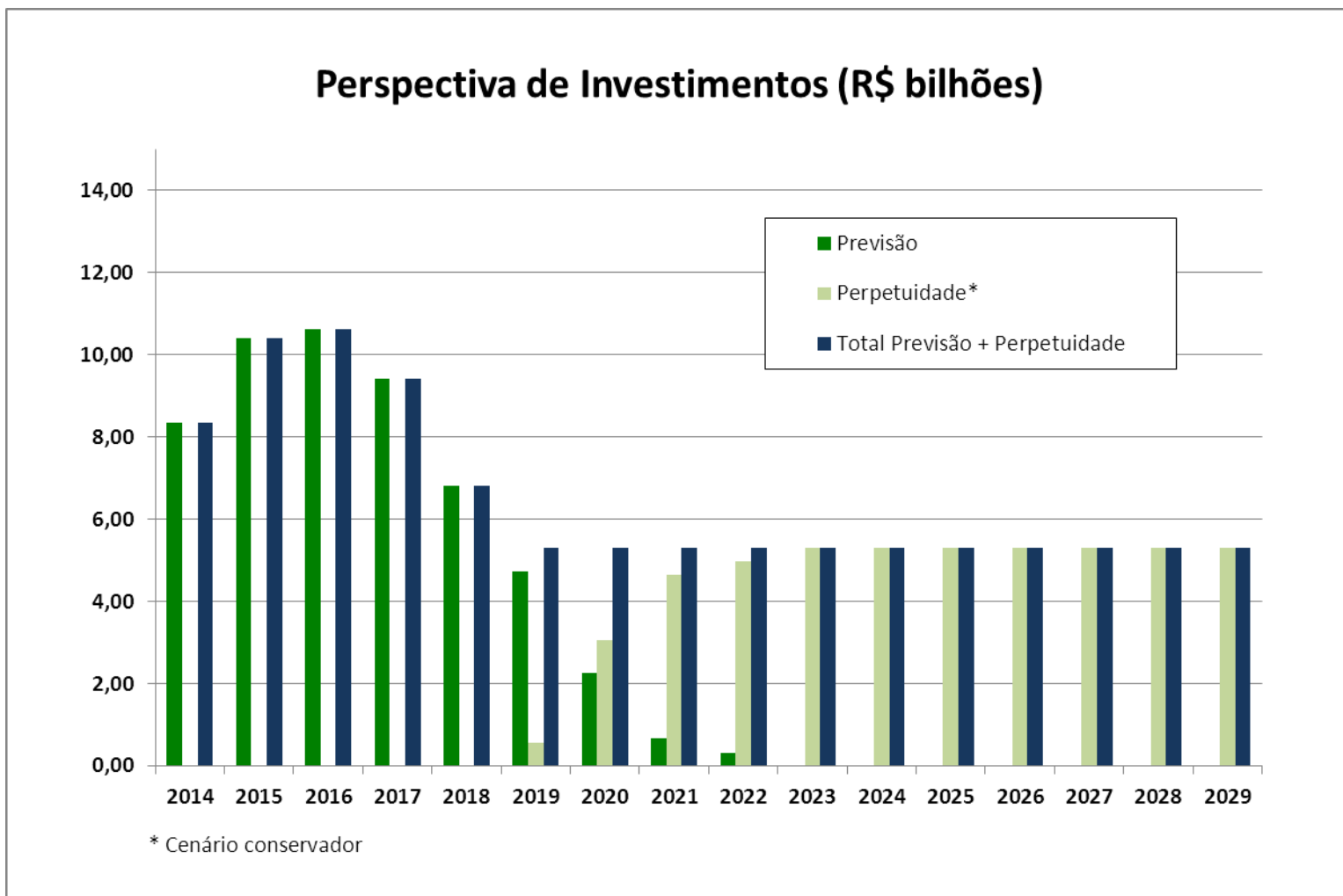
	PPP	Concessão	Público
Valor do Financiamento a partir de 2004	R\$ 7.963.248.000,00	R\$ 1.538.404.000,00	R\$ 28.256.424.000,00
% Valor Total Financiamento	21,09%	4,07%	74,84%











- A alternativa de PPP ainda está numa fase de desenvolvimento no país
- Avanços institucionais tornam possíveis modelagens mais sofisticadas e passam a tornar viáveis um maior universo de projetos no setor
- Um limitador do avanço reside na estruturação de garantias contratuais e Fundos Garantidores. O BNDES tem buscado debater este tema e tem apoiado financeiramente aporte em Fundos Garantidores de PPPs
- As modelagens financeiras serão melhor estruturadas quanto melhor a qualidade dos Fundos Garantidores de PPPs e quanto mais bem desenhado for o contrato de concessão: objetivo é a clareza na repartição e alocação de riscos
- O BNDES seguirá apoiando tanto o setor público como o parceiro privado no financiamento de projetos de infraestrutura nas modelagens de PPP para viabilizar investimentos em mobilidade urbana

# Obrigado!

**Rodolfo Torres dos Santos**

**Chefe de Departamento de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano**

**[rtorres@bndes.gov.br](mailto:rtorres@bndes.gov.br)**

